



Simulado Especial

TRF 5

Técnico Judiciário
Área Administrativa
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TRF-5 (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa do TRF-5**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/bE5eyFpQrnV6TtkC7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A) (B) (C) (D) | 13 - (A) (B) (C) (D) | 25 - (A) (B) (C) (D) | 37 - (A) (B) (C) (D) | 49 - (A) (B) (C) (D) |
| 02 - (A) (B) (C) (D) | 14 - (A) (B) (C) (D) | 26 - (A) (B) (C) (D) | 38 - (A) (B) (C) (D) | 50 - (A) (B) (C) (D) |
| 03 - (A) (B) (C) (D) | 15 - (A) (B) (C) (D) | 27 - (A) (B) (C) (D) | 39 - (A) (B) (C) (D) | 51 - (A) (B) (C) (D) |
| 04 - (A) (B) (C) (D) | 16 - (A) (B) (C) (D) | 28 - (A) (B) (C) (D) | 40 - (A) (B) (C) (D) | 52 - (A) (B) (C) (D) |
| 05 - (A) (B) (C) (D) | 17 - (A) (B) (C) (D) | 29 - (A) (B) (C) (D) | 41 - (A) (B) (C) (D) | 53 - (A) (B) (C) (D) |
| 06 - (A) (B) (C) (D) | 18 - (A) (B) (C) (D) | 30 - (A) (B) (C) (D) | 42 - (A) (B) (C) (D) | 54 - (A) (B) (C) (D) |
| 07 - (A) (B) (C) (D) | 19 - (A) (B) (C) (D) | 31 - (A) (B) (C) (D) | 43 - (A) (B) (C) (D) | 55 - (A) (B) (C) (D) |
| 08 - (A) (B) (C) (D) | 20 - (A) (B) (C) (D) | 32 - (A) (B) (C) (D) | 44 - (A) (B) (C) (D) | 56 - (A) (B) (C) (D) |
| 09 - (A) (B) (C) (D) | 21 - (A) (B) (C) (D) | 33 - (A) (B) (C) (D) | 45 - (A) (B) (C) (D) | 57 - (A) (B) (C) (D) |
| 10 - (A) (B) (C) (D) | 22 - (A) (B) (C) (D) | 34 - (A) (B) (C) (D) | 46 - (A) (B) (C) (D) | 58 - (A) (B) (C) (D) |
| 11 - (A) (B) (C) (D) | 23 - (A) (B) (C) (D) | 35 - (A) (B) (C) (D) | 47 - (A) (B) (C) (D) | 59 - (A) (B) (C) (D) |
| 12 - (A) (B) (C) (D) | 24 - (A) (B) (C) (D) | 36 - (A) (B) (C) (D) | 48 - (A) (B) (C) (D) | 60 - (A) (B) (C) (D) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/yDKt>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO**

Distingo, no português histórico, dois períodos principais: o português antigo, que se escreveu até os primeiros anos do século XVI, e o português moderno. Robustecida e enriquecida de expressões novas, a linguagem usada nas crônicas desse segundo período, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina no apuro e no gosto do português moderno d'Os Lusíadas (1572). É o século da Renascença literária, e tudo quanto ao depois se escreve é a continuação da linguagem desse período. E como não ficou estacionário o português moderno, denominou-se quinhentista, seiscentista, setecentista a linguagem própria a cada era. Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII. Limites entre os diversos períodos não podem ser traçados com rigor. Ignoram-se a data ou o momento exato do aparecimento de qualquer alteração linguística.

Neste ponto, nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge a inovação, formulado acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas, com o tempo, sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide a aceitar a mudança também. Tal é, a meu ver, a explicação não somente de fatos isolados, mas ainda do aparecimento de todo o português moderno. Não podemos atribuir a escritores, por muito engenho artístico que tivessem, aptidões e autoridade para reformarem, a seu sabor, o idioma pátrio e sua gramática.

O século XVI, descerradas as cortinas que encobriam o espetáculo de novos mundos, e dada a facilidade de pôr a leitura das obras literárias ao alcance de todos, graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e

ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem. Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo. Trariam estes diálogos os característicos gramaticais do português antigo, se fosse este ainda o idioma corrente.

(M. Said Ali. Prólogo da Lexeologia do português histórico, 1.ª ed. 1921. Companhia Melhoramentos; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 17-8. Adaptado)

01. Segundo as ideias veiculadas no texto,

- a) O autor define rigidamente dois períodos históricos para o português
- b) As inovações do português surgem por meio da linguagem literária.
- c) As classes sociais mais altas não são alcançadas pelas mudanças linguísticas.
- d) A modernização da língua origina-se na fala.

02. O texto apresenta diversos trechos opinativos. Assinale a alternativa que apresenta uma opinião do autor.

- a) "Robustecida e enriquecida de expressões novas, a linguagem usada nas crônicas desse segundo período, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina no apuro e no gosto do português moderno d'Os Lusíadas (1572)" (1º parágrafo).
- b) "O século XVI, [...], graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e ditando a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem" (3º parágrafo).
- c) "Surge a inovação, formulado acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo" (2º parágrafo).
- d) Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo (3º parágrafo)

03. O termo “sucumbe” (terceiro período do segundo parágrafo) está empregado no texto com o sentido de

- a) arquear-se
- b) expirar-se
- c) ceder
- d) esmorecer

04. Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita do seguinte trecho do texto: "Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII" (1º parágrafo). Assinale a opção cuja proposta de reescrita, além de estar gramaticalmente correta, preserva os sentidos originais do texto.

- a) Destino a denominação de português contemporâneo a mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por sorte remontam ao século XVIII
- b) Reservo a denominação de português atual para as mudanças características do falar atual criadas ou consolidadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que porventura remontam ao século XVIII
- c) Defendo a denominação de português moderno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII
- d) Defendo a denominação de português contemporâneo para as mudanças características do falar atual criadas ou consolidadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que eventualmente remontam ao século XVIII

05. Depreende-se do trecho “A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas, com o tempo,

sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente” exceto

- a) As inovações linguísticas podem ser estigmatizadas
- b) A escrita com desatenção pode reproduzir aspectos gramaticais da fala
- c) Em situações informais, a fala popular ganha mais espaço.
- d) A imitação da fala popular é uma forma de desprezo e preconceito.

06. No trecho "Neste ponto, nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada", o sujeito da forma verbal destacada

- a) é simples ("a linguagem escrita")
- b) está posposto ("espelho fiel")
- c) está oculto
- d) está indeterminado

07. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o sinal grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) A partir de hoje, todas as publicações terão de ser analisadas antecipadamente.
- b) Era difícil ir a uma comemoração distante de minha casa.
- c) Em meio a sociedade capitalista, o importante é ter ou parecer ter.
- d) Os cuidados em relação a doenças transmissíveis devem ser os mesmos.

08. Assinale a alternativa cuja frase apresenta linguagem com sentido figurado.

- a) A mãe repreendeu o filho **com serenidade**.
- b) Na hora da prova, aquele grupo **saiu pela tangente**.
- c) A **luz amarelada** dos postes iluminava as ruas vazias.
- d) Todo profissional tem alguma **vaidade**.

09. Considere o texto a seguir:

I - João tanto gosta de estudar quanto gosta de trabalhar

II - Choveu o dia inteiro e a temperatura não caiu.

As expressões em destaque em I e II expressam respectivamente

- a) adição e adição
- b) comparação e adição
- c) adição e oposição
- d) comparação e oposição

10. Assinale a alternativa em que o termo entre parênteses substitui corretamente a expressão.

- a) fechou a janela (fechou-na)
- b) preciso de apoio (preciso-lhe)
- c) lembraram o caso (lembraram-no)
- d) fazer um bolo (fazer-lo)

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

11. A Lei nº 10.098/00 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Sobre a lei, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se pessoa com deficiência a pessoa que tem impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, de longo, médio ou pequeno prazo, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;
- b) No mínimo 10% de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes nas vias públicas, parques e demais espaços de uso público, devem ser adaptados e identificados, tanto quanto

tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.

- c) Os eventos organizados em espaços públicos e privados em que haja instalação de banheiros químicos deverão contar com unidades acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, na proporção de 10%, sendo garantido ao menos uma unidade.
- d) A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo ou particular, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

12. Camila é uma mulher jovem e saudável, doadora de sangue. Ao chegar em um edifício público, pega uma senha destinada aqueles que possuem atendimento prioritário. Nessa situação:

- a) Camila incorreu em contravenção penal.
- b) São beneficiados pelo atendimento prioritário as pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue
- c) Os doadores de sangue terão direito a atendimento prioritário, mediante apresentação de comprovante de doação com validade de 180 dias.
- d) Os acompanhantes ou atendentes pessoais das pessoas abarcadas pelo atendimento prioritário não terão o benefício estendido a elas.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE*André Rocha*

13. A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos no Brasil.

Sobre essa norma, assinale a alternativa que traz o conceito de logística reversa.

- a) Conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.
- b) Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.
- c) Conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma da Lei.
- d) Destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

14. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, devem observar os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional.


Assinale a alternativa que não contempla um dos objetivos dispostos na lei que criou a política nacional mencionada:

- a) Fortalecer as remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional.
- b) Fortalecer as emissões de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes.
- c) Compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático.
- d) Consolidar a expansão de áreas legalmente protegidas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuele Gouveia*

15. Uma das ferramentas mais usadas hoje, em ambiente corporativo é o Teams da Microsoft. Sobre ele, responda.

- a) A ferramenta de Tarefas possibilita visualizar todas as equipes das quais o usuário participa
- b) Durante a videoconferência é possível compartilhar telas abertas de outros aplicativos.
- c) As videoconferências só são permitidas em classes com mais de 100 alunos.
- d) O chat é uma ferramenta desabilitada, só podendo ser utilizada quando a chamada de vídeo não estiver sendo usada.

16. No Excel, um usuário digitou 10 na célula A, pressionou a tecla enter, voltou a célula A1 e pressionou o botão . Qual valor aparecerá na célula A1 após esses procedimentos?

- a) 0,01.
- b) 0,1.
- c) 10%.
- d) 1000%.

17. NO Word, a opção de criar uma lista de vários níveis para organizar itens ou criar uma estrutura de tópicos está no menu:

- a) Página Inicial/Parágrafo/Marcadores.
- b) Página Inicial/Parágrafo/Numeração
- c) Página Inicial/Parágrafo/Listas de Vários Níveis.
- d) Exibir/Modos de Exibição/Estrutura de Tópicos.

ATOS NORMATIVOS

Géssica Ehle

18. De acordo com a Resolução no 147/2011 do Conselho da Justiça Federal, recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau NÃO poderão ser usados para atender a interesses

- a) econômicos particulares e públicos da instituição
- b) pessoais ou partidários, apenas.
- c) políticos, apenas.
- d) pessoais, políticos ou partidários.

19. A Resolução no 147/2011 do Conselho da Justiça Federal, dos destinatários do Código zelar pela integridade dos bens

- a) tangíveis, como as informações confidenciais em manuseio
- b) intangíveis, como os equipamentos e salas

c) tangíveis e intangíveis, como as informações sensíveis

d) bens corpóreos, apenas

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Antônio Daud

20. Em relação ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) referida Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de defesa nacional.
- b) consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.
- c) consentimento consiste na manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- d) o princípio da responsabilização e prestação de contas representa a utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

21. Sobre a Organização da Administração Pública é INCORRETO afirmar que:

- a) a Administração Direta é o conjunto de entidades com personalidade jurídica própria que integram as pessoas políticas ou federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício das atividades administrativas do Estado de forma descentralizada.
- b) as entidades da Administração Indireta não possuem autonomia política e estão vinculadas à Administração Direta.
- c) a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- d) na descentralização por serviços, o Estado cria uma entidade com personalidade jurídica própria e a ela transfere a titularidade e a execução de determinado serviço público.

22. Acerca dos atos administrativos, assinale a opção correta:

- a) a ausência de motivação quando ela é obrigatória acarretará a nulidade do ato por vício de motivo.
- b) a autotutela diz respeito à capacidade da administração de controlar os seus próprios atos, revogando os atos ilegais.
- c) a convalidação gera efeitos irretroativos (*ex nunc*), uma vez que corrige o vício do ato desde a data de sua declaração.
- d) a revogação consiste na retirada do ato administrativo pelo Poder Público por razões de conveniência e oportunidade, sempre se relacionando ao atendimento do interesse público.

23. “As instâncias superiores são detentoras da prerrogativa de comando, assim como as instâncias inferiores possuem o dever de obediência, razão pela qual, estas se obrigam a cumprir com exatidão as atividades designadas pelos escalões superiores; todavia, os agentes subordinados não se submetem a todas as ordens, uma vez que as determinações posicionadas de forma manifesta e em contrariedade com a lei não devem ser cumpridas, nem observadas pelos agentes subordinados”. Tal passagem se relaciona diretamente com o exercício do denominado poder

- a) disciplinar.
- b) hierárquico.
- c) de polícia.
- d) discricionário.

24. Com base na Lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Federais), analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F), conforme o caso.

- () Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.
- () É de trinta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- () A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- a) V-V-V.
- b) V-V-F.
- c) V-F-V.
- d) F-F-F.

25. No que se refere ao regime disciplinar do servidor público, conforme dispõe a Lei nº 8112/1990, assinale a alternativa que não apresenta uma das penalidades previstas em lei:

- a) advertência.
- b) demissão.
- c) cassação de aposentadoria.
- d) cassação dos direitos políticos.

26. Determinado ente federativo pretende locar um imóvel com características específicas de instalação e localização, tornando a escolha singular e vantajosa. Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei 14.133/2021:

- a) a contratação deverá ocorrer por meio de concorrência.
- b) é dispensável a licitação, independentemente do valor.
- c) é inexigível a licitação.
- d) a seleção deverá ocorrer por meio de pregão.

27. De acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC) sobre a duração dos contratos, assinale a alternativa correta:

- a) a Administração poderá celebrar contratos com prazo máximo de três anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.
- b) a Administração terá a opção de extinguir o contrato de serviços contínuos, sem ônus, quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- c) os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima quinquenal.
- d) é vedado à Administração estabelecer contratos com vigência indeterminada.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

28. Montesquieu (1689 – 1755), foi um filósofo e político francês que escreveu em sua obra: “Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder contenha o poder. Uma constituição pode ser tal que ninguém será obrigado a fazer as coisas a que a lei não o obrigue nem a não fazer as que a lei lhe permite”. (Montesquieu, O espírito das leis, Livro XI, Capítulo IV). Sobre a Divisão e coordenação de Poderes da República, assinale a alternativa correta.

- a) O poder do Estado é uno, indivisível, manifestando-se através de diferentes órgãos. Dessa sorte, o que se divide são as funções do Estado, não o poder, em três órgãos distintos.
- b) O Poder Legislativo, além de função normativa, exerce a função jurisdicional quando o Senado Federal julga o Presidente da República por crime de responsabilidade. Porém, não exerce função administrativa.
- c) A teoria do sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*) não foi adotada na Constituição Brasileira de 1988.
- d) O princípio da separação dos poderes está previsto na Constituição Brasileira de 1988, mas não é cláusula pétrea.

29. De acordo com as normas sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho Nacional de Justiça tem sede na capital federal, mas não tem jurisdição, porque é órgão meramente administrativo destinado a promover o controle interno do Poder Judiciário.
- b) O Superior Tribunal de Justiça é o órgão máximo do Poder Judiciário e tem por função precípua a guarda da Constituição Federal.
- c) o Tribunal de Contas da União é órgão do Poder judiciário que faz controle de legalidade e não de jurisdição.
- d) A vitaliciedade assegura ao magistrado que a perda do cargo não poderá ocorrer por mera decisão administrativa, mas apenas por sentença judicial transitada em julgado. No primeiro grau, a vitaliciedade é adquirida após a posse no cargo.

30. Sobre os remédios constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) Os processos de *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança e mandado de injunção têm procedimentos especiais. A ação popular, por sua vez, tem rito comum.
- b) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive o *habeas corpus*.
- c) Das ações constitucionais, as únicas que dispensam advogado é o *habeas corpus* e a ação popular.
- d) São gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de injunção e ação popular.

31. Com base nos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o entendimento do STF, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que haja autorização da autoridade competente e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

b) O estrangeiro, mesmo aquele sem domicílio no Brasil, tem direito a todas as prerrogativas básicas que lhe assegurem a preservação do *status libertatis* e a observância, pelo poder público, da cláusula constitucional do *due process*.

c) Os estrangeiros residentes no país, uma vez atendidos os requisitos constitucionais, são beneficiários da assistência social, fazendo jus ao denominado benefício de prestação continuada (BPC).

d) É legítima e não ofende o direito à vida nem, tampouco, a dignidade da pessoa humana a realização de pesquisas com células-tronco embrionárias, obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados nesse procedimento.

32. João, brasileiro nato, mora na Espanha há 15 anos. Tendo constituído família na Espanha, não pretende retornar ao Brasil, razão pela qual, por sua livre e espontânea vontade, adquiriu a nacionalidade espanhola. José, brasileiro naturalizado, atentou com o Estado Democrático e a ordem constitucional, motivo pelo qual o Ministério Público Federal requereu o cancelamento de sua naturalização.

Acerca dos casos narrados, conforme o disposto no texto da Constituição Federal, aponte a única alternativa correta.

- a) João perdeu a nacionalidade brasileira, porque fez opção pela nacionalidade espanhola.
- b) José, pelo motivo narrado, não pode sofrer o cancelamento de sua naturalização, uma vez que o Estado não pode punir o nacional com a perda de nacionalidade.
- c) No caso de João, a declaração de perda de nacionalidade somente poderá ocorrer se ele fizer pedido expresso à autoridade brasileira competente.
- d) O cancelamento da naturalização de José poderá ser feito, em decorrência de ter praticado ato atentatório ao Estado Democrático e à ordem constitucional, por decreto do Presidente da República.

33. A respeito da democracia brasileira, aponte a alternativa INCORRETA.

- a) A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, instituiu um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos, entre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- b) O Brasil adota como regime político a democracia indireta, segundo a qual, embora a titularidade do poder seja do povo, seu exercício só se dá por meio de representantes eleitos.
- c) Plebiscito e referendo são formas de consultas diretas ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.
- d) A Constituição Federal permite que sejam realizadas concomitantemente às eleições municipais consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais, desde que sejam encaminhadas à Justiça Eleitoral até noventa dias antes da data das eleições.

34. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL*Renan Araújo*

35. Lúcio, técnico judiciário do TRF5, recebeu de Gabriel a seguinte proposta: R\$ 10.000,00 em dinheiro para retardar indevidamente a juntada de uma petição num processo em que Gabriel era réu. Lúcio aceita a promessa e efetivamente retarda a juntada da petição, de forma a beneficiar Gabriel. Porém, Gabriel não realiza o pagamento da vantagem indevida prometida.

Nesse caso, é correto afirmar que Lúcio e Gabriel praticaram, respectivamente, os crimes de:

- a) corrupção passiva consumada, sem majoração, e corrupção ativa tentada, sem majoração
- b) corrupção passiva tentada, com majoração, e corrupção ativa consumada, sem majoração
- c) corrupção passiva tentada e corrupção ativa tentada
- d) corrupção passiva consumada, majorada em um terço, e corrupção ativa consumada, majorada em um terço.

36. Alexandre, Oficial de Justiça Federal do TRF5, ao dirigir-se até determinado local para realizar uma diligência de penhora judicialmente determinada no bojo de processo de execução fiscal, foi recebido a socos por Júlio, que buscava impedir a realização do ato de penhora. Alexandre, em razão das agressões, acabou sofrendo lesão corporal grave, em razão da incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias, e a diligência de penhora acabou não sendo realizada naquela data.

Nesse caso, a conduta de Júlio configura:

- a) Resistência simples, apenas
- b) Desobediência e lesão corporal grave
- c) Resistência qualificada e lesão corporal grave
- d) Resistência qualificada, apenas

37. Zaion e Leandro, irmãos, praticaram um furto a uma joalheria, subtraindo diversas joias, avaliadas em R\$ 200.000,00 no total. Ao empreenderem fuga, pediram a Sérgio, pai de ambos, que guardasse as joias furtadas em sua residência. Sérgio aceitou guardar os bens para beneficiar os filhos, que temiam a apreensão dos produtos e a perda do proveito do crime. Duas semanas depois, Zaion e Leandro voltaram à casa do pai e retiraram as joias, levando-as embora.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Sérgio configura:

- a) favorecimento real, sem isenção de pena
- b) favorecimento real, com isenção de pena em razão do parentesco
- c) favorecimento pessoal, sem isenção de pena
- d) favorecimento pessoal, com isenção de pena em razão do parentesco

38. Acerca do crime de exploração de prestígio, assinale a alternativa incorreta:

- a) Trata-se de crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa.
- b) Trata-se de crime formal, sendo dispensável o recebimento da vantagem pelo agente.
- c) Há aumento de pena de um terço se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas supostamente influenciáveis indicadas no art. 357 do CP.
- d) Caracteriza o referido delito a conduta do agente que solicita dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em delegado de polícia.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL*Antônio Pequeno*

- 39.** De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta.
- a) A inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 8 (oito) anos, é um efeito automático da condenação
 - b) No caso de condenação em crime de abuso de autoridade haverá automaticamente a perda do cargo, do mandato ou da função pública
 - c) As penas restritivas de direitos devem ser aplicadas cumulativamente
 - d) Os crimes previstos na Lei nº 13.869/2019 são de ação penal pública incondicionada
- 40.** Sobre os crimes de racismo previstos na Lei nº 7.716/1989, assinale a afirmativa correta.
- a) Inexiste mandado constitucional expresso para a criminalização do racismo.
 - b) Somente a publicação feita em meios impressos é circunstância qualificadora do crime de incitação ao racismo.
 - c) O texto da Lei nº 7.716/1989 já criminaliza a homotransfobia, sendo desnecessária lei específica para essa finalidade.
 - d) A fabricação de ornamento com a cruz suástica é um fato típico se houver o propósito de divulgação de ideais nazistas.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

- 41.** Sobre a sentença no Processo penal é correto afirmar:
- a) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, pode atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
 - b) apenas com o trânsito em julgado de sentença absolutória é que o juiz deve ordenar a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.
 - c) ocorrerá a *mutatio libelli* sem aditamento quando o juiz der ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
 - d) é possível a aplicação da *mutatio libelli* pelo órgão de segunda instância.
- 42.** De acordo com o Código de Processo Penal, caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias:
- a) Da decisão que não receber a denúncia ou a queixa.
 - b) Da sentença de pronúncia contra o réu.
 - c) Quando houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança, das decisões do Tribunal do Júri.
 - d) Quando a sentença condenatória, nos processo findos, for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos.

43. No que tange a ação penal, julgue os itens a seguir.

I- A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.

II- É possível acordo de não persecução penal em casos de violência envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, se o agente confessar formalmente a prática de crimes com infração menor a 4 anos, desde que sem violência ou grave ameaça,

III- O Ministério Público não poderá desistir da ação penal, mesmo em caso de existência manifesta de causa excludente da ilicitude.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.

44. Sobre a prisão em flagrante, assinale a alternativa correta:

a) a prisão em flagrante pode ser relaxada pela autoridade policial em casos de infrações punidas com detenção ou prisão simples.

b) Dentro de 24h (vinte e quatro horas) depois da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante acompanhado de todas as oitivas colhidas e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para Defensoria Pública.

c) A falta de testemunhas da infração penal não impede a lavratura da prisão em flagrante, devendo o condutor prestar o compromisso legal para o ato.

d) Considera-se em flagrante presumido quem é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

45. Sobre a prisão preventiva é correto afirmar que:

a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.

b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

c) O juiz poderá, apenas a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.

d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Adriana Menezes

46. De acordo com a Constituição de 1988, a Seguridade Social deve ser organizada com base em objetivos, sendo esses.

I. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

II. Universalidade da cobertura e do atendimento.

III. Irredutibilidade do valor dos benefícios.

IV. Unicidade da base de financiamento

V. caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III apenas
- b) II, III e IV apenas
- c) I, IV e V apenas
- d) II, III e V apenas

47. A seguridade social possui várias fontes de custeio, atendendo ao princípio da diversidade da fonte de custeio. Os recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições sociais são destinados para assegurar os direitos relativos a

- a) saúde, educação e assistência social
- b) saúde, educação e previdência social
- c) saúde, habitação e previdência social
- d) saúde, previdência e assistência social

48. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de contribuições sociais, incluindo a:

- a) do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição ou com o valor da aposentadoria e da pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social
- b) do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes apenas sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados às pessoas que lhe prestam serviço com vínculo empregatício.
- c) sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar
- d) do exportador de bens ou serviços para o exterior, ou de quem a lei a ele equiparar

49. Com base na Constituição Federal de 1988 e suas alterações posteriores, analise as afirmativas abaixo e assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F):

- 1.() No regime geral de previdência social (RGPS) é vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- 2.() A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, salvo se houver calamidade pública.
- 3.() A Constituição Federal assegura aposentadoria no regime geral de previdência social aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- a) V - V - V
- b) V - V - F
- c) V - F - V
- d) F - F - V

50. No tocante às normas constitucionais relativas à previdência complementar, assinale a afirmativa correta.

- a) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social (RGPS), será obrigatório para os que têm rendimento superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- b) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias e fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, exceto na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição poderá exceder a do segurado.
- c) Lei ordinária disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de planos de benefícios previdenciários, e as entidades de previdência complementar.
- d) Lei complementar estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades abertas de previdência complementar instituídas União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente como patrocinadores e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

51. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando podem ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.
- III-) Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.

52. A Igreja Batista Alvorada não possui imóvel próprio para a realização de seus cultos dominicais, e por isso sai em busca de um imóvel adequado para locação.

Após muita procura, acaba por alugar o imóvel do Sr. José Agripino, que fica localizado em uma avenida bem movimentada, e com grande fluxo de pessoas.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) o imóvel somente seria imune ao IPTU se fosse de propriedade da igreja. Desta forma, por ser um imóvel alugado pela igreja, a tributação do IPTU ocorrerá normalmente.
- b) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- c) O IPTU é devido e o proprietário, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, tendo em vista a previsão constitucional de não incidência aplicável, ainda que a igreja figure apenas como locatária do imóvel.

53. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I-) Compete, privativamente, à autoridade administrativa constituir, pelo lançamento, a obrigação tributária, verificando a ocorrência do fato gerador.
- II-) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) II, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

54. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) De forma a não afrontar o Princípio da Equidade, a isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- II-) Isenção é uma hipótese de não incidência prevista na Constituição Federal.
- III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) III.
- d) II e III.

55. São características do Imposto Seletivo, de Competência da União, conforme previsão dada pela Reforma Tributária, exceto: .

- a) incidirá sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- b) incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- c) não integrará sua própria base de cálculo.
- d) poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Elisabete Moreira*

56. O planejamento organizacional compreende o estabelecimento de metas e a maneira de alcançá-las, englobando um processo participativo de gestão, junto com os colaboradores que possam contribuir em sua elaboração e implantação. Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) A missão organizacional deve explicitar onde e como a organização pretende estar no futuro, embasando-se principalmente no pensamento dos seus dirigentes.
- b) Segundo a metodologia BSC (balanced scorecard), os processos de gerenciar mudanças de negócios e aprimorar e manter a operação e a produtividade dos colaboradores dizem respeito à perspectiva financeira da organização.
- c) No planejamento participativo, o principal resultado esperado não é o plano, mas o processo desenvolvido de aprendizagem organizacional.
- d) A avaliação de desempenho é uma análise pontual que compara os objetivos estabelecidos e os resultados alcançados.

57. Um projeto em uma organização deve ter como objetivo a criação de um produto ou serviço único enquanto os processos objetivam a realização de um produto padronizado. Acerca de gerenciamento de projetos e de processos, assinale a opção correta.

- a) Os projetos visam definir um futuro para a organização, ao passo que os processos têm o papel de transformar ideias em ações concretas.
- b) O portfólio designa uma carteira de projetos que pode compreender um grupo ou todos os projetos interdependentes da organização.
- c) A avaliação de processo, vinculada ao desempenho de atividades de execução, pode ser medida em dias de demora de um processo de compra ou percentual de atendimento de um público-alvo, por exemplo.

d) Planejar os custos e determinar o orçamento são processos relativos ao gerenciamento do escopo de um projeto.

58. Ao se definir a estrutura organizacional, deve-se estabelecer os critérios de departamentalização que agrupam as pessoas e os recursos segundo critérios de homogeneidade. Sobre o tema, assinale a alternativa correta

- a) Na diferenciação vertical, a estrutura organizacional se caracteriza por múltiplos departamentos e divisões.
- b) Em uma estrutura organizacional verticalizada, espera-se que haja muitos níveis hierárquicos e alta amplitude de controle.
- c) Enquanto a organização burocrática é semelhante à orgânica, a organização adocrática se assemelha à mecanicista.
- d) A departamentalização funcional é típica das organizações que ofertam apenas um produto ou serviço

59. A função de administração responsável por recompensar os colaboradores que realizam maiores entregas e dão os melhores resultados para a organização como um todo é denominada de:

- a) Planejamento
- b) Controle
- c) Organização.
- d) Direção

60. A moderna gestão de pessoas vem assumindo a função estratégia de apoio à organização, aos gestores e aos indivíduos. Visando apoiar os gestores no processo de gestão de desempenho, a área de RH desenvolveu um sistema de avaliação de desempenho que contemple somente fatores dos comportamentos extremos do avaliado, denominado de:

- a) Escolha forçada.
- b) 360º.
- c) Escala gráfica
- d) Incidentes críticos.

Discursiva

Texto I

Com calor extremo, acesso à água é desafio para quem vive na rua

Pessoas em situação de rua sofrem com a dificuldade de acesso à água em dias de calor extremo em São Paulo, mas, além de ações emergenciais, é preciso pensar em adaptar as cidades para os eventos extremos do clima.

Esta semana, os termômetros ultrapassaram os 35° C e a umidade relativa do ar ficou abaixo de 35% na capital paulista. Desde a quarta-feira (27), o tempo virou. Choveu forte em São Paulo e houve mudanças drásticas de temperatura. Nesta quinta-feira (28), a máxima não passou de 17° C.

Encontrar água para beber e sombra para se esconder do sol foi um desafio para as mais de 53 mil pessoas que vivem em situação de rua em São Paulo, de acordo com Levantamento do Observatório Polos de Cidadania, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trata-se de uma população maior que a de quase 90% das cidades brasileiras, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 09/2023.)

Texto II

População em situação de rua cresceu nas últimas décadas

Um em cada mil brasileiros vive nas ruas. O dado é do relatório População em Situação de Rua elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

(Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil>. Acesso em: 09/2023.)

Texto III

LEI Nº 14.821, DE 16 DE JANEIRO DE 2024

Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua), destinada a promover os direitos humanos de pessoas em situação de rua ao trabalho, à renda, à qualificação profissional e à elevação da escolaridade.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que tem em comum a falta de moradia e utiliza os logradouros públicos como espaço de moradia e de sustento, bem como as unidades de acolhimento institucional para pernoite eventual ou provisório, podendo tal condição estar associada a outras vulnerabilidades como a pobreza e os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.

<https://www.planalto.gov.br>

Produza uma dissertação, com base nos textos motivadores, tendo como tema: "**Vulnerabilidade de pessoas em situação de rua, um desafio social**".

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
